

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,  
realizada em 16 de julho de 2020**

Aos 16 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ---

De imediato foi colocada a votação a ata da reunião de 04/06/2020 que foi aprovada por unanimidade, com os contributos introduzidos pelos Srs. Drs. Adelino Cunha e Paulo Sousa. -----

Logo de seguida o Sr. Dr. Paulo Sousa solicitou o envio de cópias certificadas das atas da reunião de Câmara desde a reunião em que colocou a questão sobre a situação da Sra. Dra. Rute Martins. -----

De seguida o Sr. Presidente procedeu à entrega da documentação solicitada pelos senhores vereadores, a saber: -----

Os dados sobre o Encarregado de Proteção de Dados do Município ao Sr. Dr. Paulo Sousa e as escalas de serviços dos trabalhadores da Marina e do CAT Gerês, relativa ao mês de julho ao Sr. Dr. Luís Teixeira. -----

Usando da palavra o Sr. Dr. Luís Teixeira recusou-se a receber tal documentação uma vez que solicitou que tal informação lhe fosse enviada até ao final do mês anterior àquela a que respeita e que tal informação não lhe tem sido fornecida atempadamente. *“Ou seja a escala de julho deve ser-me entregue, de acordo com a lei, e ao funcionário antes de terminar o mês anterior, com cerca de 5 dias de antecedência. O que estou a pedir é que, de acordo com a lei, até ao dia 25 de cada mês me seja enviada a escala do mês seguinte”*, disse.-----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

Logo após deu a conhecer aos senhores vereadores as atividades que decorreram e a decorrer no território concelhio. Assim, disse:-----

Que o Município recebeu uma informação sobre o relatório de impacte ambiental da intervenção na Estrada da Ermida, estando os serviços a compilar a informação solicitada pela AIA. -----

Que a adjudicação da 1.ª fase da Rede Pedonal se encontra efetuada ao 2.º concorrente estando em curso o respetivo período de audiência prévia.-----

Que se encontra em funcionamento, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro, o Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, no âmbito do

projeto CHEGA Mais, com tutela da CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), tendo como área de atuação os concelhos de Terras de Bouro, Amares e Vila Verde.-----

Que no dia 1 de julho reabriu a Fronteira da Portela do Homem e que no dia 13 reabriram as Termas do Gerês. -----

Que se encontra em curso a limpeza e melhoria da sinalização da rede de Trilhos na Senda de Miguel Torga. -----

Que foi divulgada informação para que os residentes e naturais do concelho possam usufruir da isenção de taxas na Mata da Albergaria. -----

Que decorreu no dia 29 de junho a reunião do Conselho Municipal de Educação, remetendo mais esclarecimentos para a senhora vereadora, Dra. Ana Genoveva Araújo.

Que no dia 3 de julho o auditório do ICNF, localizado no Vidoeiro, vila do Gerês, acolheu a reunião semanal do Centro Coordenador Operacional Distrital. O encontro, organizado pelo CDOS de Braga, contou com a presença das respetivas entidades distritais da proteção civil.-----

Que a Câmara Municipal recebeu nos Paços do Concelho o eurodeputado Eng.º José Manuel Fernandes, seguindo-se uma visita guiada pelo território. -----

Que na ordem de trabalhos consta um ponto sobre o apoio ao Peneda-Gerês *Trail Adventure*, organizado pelo Carlos Sá, esclarecendo que se trata de apoio aos eventos realizados em 2017 e 2019, uma vez que a candidatura efetuada pela ADERE-PG para aqueles eventos não foi aprovada. -----

De seguida informou que será presente à próxima reunião da Câmara Municipal uma adenda ao protocolo celebrado com a Gerês Viver Turismo no sentido de implementar um programa, ao qual será atribuído o nome de Gerês Seguro 2020, que contemplará ações de sensibilização para a COVID-19, junto dos turistas e operadores turísticos, bem como, sensibilizar e orientar os visitantes do concelho, de modo a que se confira maior tranquilidade e segurança ao nosso território e aos residentes, durante o verão de 2020, nomeadamente através da divulgação de um conjunto de regras e boas práticas ambientais, relativas à ocupação e à utilização segura e limpa dos locais de maior afluência turística.-----

Informou ainda que desde o dia 11 de julho e até ao próximo dia 31 de agosto, a Câmara Municipal contratou um serviço de segurança privada, com 2 vigilantes, para que, na Praia do Alqueirão, confirmam maior segurança aos visitantes. -----

Por fim informou que no passado dia 10 de julho, decorreu a visita do Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática e do Secretário de Estado do Ordenamento do Território para a inauguração das intervenções na Estrada de Leonte à Portela do Homem e da Estrada da Mata da Albergaria. Decorreu também, nesta visita, a celebração do protocolo para melhoria das condições de visitação na área do PNPG, nomeadamente dos miradouros e cascatas, que, fruto da iniciativa da Câmara Municipal, em articulação com o ICNF, foi possível obter financiamento junto do Fundo Ambiental. Este protocolo será objeto de ratificação na presente reunião. Foi também assinado o

memorando de entendimento para a cogestão do PNPG. O Conselho Diretivo deste órgão será constituído por um Presidente de Câmara, sendo designado o Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e, em sua substituição o Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, o ICNF, um representante de uma das Academias de Ensino Superior dos 3 distritos, uma ONG, a ADERE-PG, um representante de Baldios, um representante do Turismo e, provavelmente, um representante do Ministério da Agricultura. “Espera-se que este modelo de gestão do PNPG, que não será perfeito, certamente, traga melhor resultado na gestão do território do que o atual modelo”, disse.

De seguida o senhor presidente questionou se algum dos senhores vereadores desejava usar da palavra.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador, Dr. Paulo Sousa, para questionar porque razão a ERSAR emite parecer desfavorável ao tarifário de água, saneamento e resíduos. -----

Retomou a palavra o senhor Presidente para referir que o parecer da ERSAR ao tarifário é desfavorável por uma razão: *“enquanto a Câmara Municipal não atingir 0,9 de cobertura de custos, o parecer será sempre negativo. Isto é, nós aumentamos a água, e há quem diga que é o maior aumento da história do concelho, mas depois vem a ERSAR e ainda nos diz que está muito aquém daquilo que deveria ser”*, disse. -----

Retomando a palavra o senhor vereador referiu que no parecer da ERSAR é referido: “Verifica-se assim que não foram acautelados os procedimentos definidos para a revisão do tarifário, na medida em que não foi obtido o parecer obrigatório da entidade reguladora sobre os tarifários dos serviços regulados”, entendendo o senhor vereador ser esta a razão para a emissão do parecer negativo, referindo ainda a ERSAR a necessidade de “afinar” o apuramento dos custos associados ao setor. -----

Aproveitou ainda o senhor vereador para solicitar que lhe fossem fornecidas cópias dos dados enviados à ERSAR. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente para referir que a grande diferença no apuramento dos custos está relacionado com a imputação das despesas com o pessoal solicitando que o Sr. Chefe da DAF esclarecesse esta questão. -----

Tomando a palavra, o Chefe da DAF referiu que a submissão de dados à ERSAR é processo bastante burocrático e que existem com esta entidade diferentes opiniões quanto à imputação de custos, nomeadamente os relacionados com o pessoal, dando o exemplo de um assistente técnico da DOMAS, cujo trabalho não é exclusivo para estes setores da atividade municipal. -----

Usou da palavra o senhor Vereador, Dr. Luís Teixeira, para referir que a ERSAR sempre deu parecer desfavorável ao tarifário, dado que não reconhece o “custo social” que o município sempre decidiu suportar. *“Mas enquanto o parecer da ERSAR não for vinculativo, que ainda não é... quando eles é que mandarem, o município terá que acatar.”*, disse. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente informou que, ainda esta semana esteve na Câmara Municipal uma empresa para fazer um estudo para implementação de fossas biológicas, porque existe uma quantidade enorme de lugares que precisam de implementação de redes de saneamento, cuja execução, como sabem, está sujeita à

obtenção de fundos comunitários. A implementação de um intercetor, para as freguesias a norte da sede concelho, não é possível. A solução passará pela implementação de fossas biológicas, cujo estudo estará concluído até ao mês de outubro do corrente ano. Será posteriormente necessário adquirir uma viatura ligeira, dotada com uma cisterna, com mais capacidade do que o atual trator, que torne mais ágil o processo de esvaziamento das fossas. -----

*“Uma vez que não haverá fundos comunitários para financiamento do setor do saneamento a solução passará por prolongar os ramais para os locais onde já existem ETAR’s e a implementação destas fossas biológicas para os restantes, sendo certo que com este modelo iremos melhorar a vida de um considerável número de terrabourenses”*, disse. -----

Prosseguindo, dizendo que tendo por base os dados da ERSAR de 2017, 2018 e 2019 relativos ao Município de Terras de Bouro, haverá que fazer o estudo e implementar as medidas, essencialmente na redução de custos, para que no futuro seja possível a Câmara Municipal candidatar-se a fundos comunitários nas áreas do abastecimento de água e das redes de saneamento. -----

Continuando referiu-se a situações graves que têm de ser corrigidas na área do saneamento, a necessidade de implementação de novas estações elevatórias, sendo uma junto ao restaurante Novo Sol, na Vila do Gerês. Outra questão prende-se com a condução das águas pluviais para a rede de saneamento o que origina a entrada de elevados caudais nas ETAR’s e conseqüente elevado volume de faturação da parte da Águas do Norte, que a partir do ano de 2021 deixará de faturar por estimativa. -----

Por fim, referiu que pela ERSAR a Câmara Municipal teria que aumentar o tarifário para valores que não são comportáveis no nosso território. -----

Usou da palavra o senhor Dr. Paulo Sousa para solicitar o adiamento da próxima reunião da Câmara Municipal, que se realizaria no dia 30/07/2020, para o dia 03/08/2020, alteração que foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida questionou se mais alguém desejava usar da palavra, o que não se verificou.-

Sendo onze horas e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----